



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República na Paraíba
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Referência: Inquérito Civil Público nº 1.24.000.000948/2015-62

RECOMENDAÇÃO Nº 015/2018

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelos procuradores da República que a esta subscrevem, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais e, ainda,

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando a melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (LC 75/93, art. 6º, XX);

CONSIDERANDO que, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são diretrizes da alimentação escolar, não só *“o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar”*, mas também *“o emprego da **alimentação saudável**, compreendendo o uso de alimentos seguros”* e *“o direito à alimentação escolar, visando a **garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos**”* (art. 2º, I, V e VI, da Lei 11.947/2009 – grifo nosso);

CONSIDERANDO que o Programa contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais (FNDE).

CONSIDERANDO que o citado diploma legal dispõe, em seu art. 14, o

seguinte:

Art. 14. *Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30%(trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.*

CONSIDERANDO, ainda, que, regulamentando mencionado diploma legal, a Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009, em seu art. 18 assim também dispõe:

Art. 18. *Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o artigo 14, da Lei nº 11.947/2009.*

§ 1º *A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição, e que os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.*

§ 2º *A observância do percentual previsto no caput será disciplinada pelo FNDE e poderá ser dispensada quando presentes uma das seguintes circunstâncias:*

I – impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;

II – inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios;

III – condições higiênico-sanitárias inadequadas, isto é, que estejam em desacordo com o disposto no art. 25.

§ 3º *A aquisição de que trata o caput deste artigo deverá ser realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, observadas as diretrizes de que trata o art. 2º da Lei nº 11.947/2009.*

§ 4º *Na análise das propostas e na aquisição, deverão ser priorizadas as propostas de grupos do município. Em não se obtendo as quantidades necessárias, estas poderão ser complementadas com propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade.*

§ 5º *O disposto neste artigo deverá ser observado nas aquisições efetuadas pelas escolas de educação básica pública e/ou pelas Unidades Executoras de que trata o art. 6º da Lei nº 11.947/2009.*

§ 6º *As formas de aquisição de gêneros alimentícios para o PNAE poderá ser realizada por meio de licitação pública, nos termos da Lei 8.666/93, da Lei nº 10.520/2002 e, ainda, conforme o disposto no art. 14 da Lei 11.947/2009.*

CONSIDERANDO a existência da Lei n. 10.658, de 28 de março de 2016, do Estado da Paraíba, que acrescentando dispositivos à Lei n. 9.508/2011, que dispõe

sobre o Programa Merenda Cidadã no sistema estadual de ensino da Paraíba, garante o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) dos recursos repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE e implantação de sítio eletrônico para processamento de informações referentes a valores de mercado e gênero distribuídos por regionalidade.

CONSIDERANDO que a referida Lei soma-se à legislação federal ao determinar que “do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.”

CONSIDERANDO que a norma também determina que “a Secretaria de Estado da Educação, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba (EMATER-PB) implantará um sítio eletrônico para publicação de chamadas públicas, elaboração de projetos e contratos de compra e venda de produtos celebrados entre a entidade executora e os agricultores fornecedores.”

CONSIDERANDO que o Art. 12 da mesma Lei dispõe que:

Art. 12. A implantação desta Lei será feita de forma gradativa, de acordo com Plano de Introdução Progressiva do Programa Merenda Cidadã, a ser elaborado pelo Executivo Estadual, em conjunto com a sociedade civil organizada, definindo estratégias e metas progressivas até que todas as unidades escolares da Rede Estadual de ensino utilizem no mínimo de 30% (trinta por cento) na aquisição de produtos alimentícios desses gêneros.

Par. 1º. O Plano de Introdução Progressiva do Programa Merenda Cidadã deverá ser parte integrante da regulamentação desta Lei.

Par. 2º. O Plano previsto no caput será elaborado por uma comissão intersecretarial composta pela Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca e Secretaria da Agricultura Familiar, sob a coordenação da primeira, de acordo com a especificidade dos integrantes do plano, a saber:

- I – Estratégias para adequar o sistema de compras da Agricultura Familiar;
- II – Estratégias para estimular a produção de base agroecológica no Estado, inclusive assistência técnica e extensão rural;
- III – Metas para a inclusão progressiva de alimentos de base agroecológica na alimentação escolar;
- IV – Arranjos locais para inclusão e agricultores familiares no Estado;
- V – Proposta de capacitação da equipe da Secretaria Estadual de Educação;
- VI – Programas educativos de implantação de hortas escolares orgânicas e de base agroecológica, em consonância com a Política Estadual de Educação Ambiental.
- VII – Relação de equipamentos necessários para as cozinhs escolares.

Par. 3º. O Plano previsto no caput deverá ser submetido à consulta pública e depois apresentado ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CONSEA-PB), ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Paraíba (CEDRS-PB).

CONSIDERANDO que a norma acrescenta que “após a contratação da chamada pública, o sítio eletrônico disponibilizará através de livre acesso informações sobre o projeto contratado, como o nome dos agricultores fornecedores, produtos, valores comercializados e porcentagem vendida e/ou adquirida pela entidade executora”.

CONSIDERANDO que as citadas normas propõem, além de uma política pública de segurança alimentar, uma política pública de inclusão social, que tem largos reflexos, quando bem executada, sobre a agricultura familiar, constituindo mercado seguro onde os agricultores familiares podem comercializar sua produção, o que gera renda e qualidade de vida produtor rural.

CONSIDERANDO que essas políticas trazem diversos pontos positivos, entre os quais destacamos que as famílias conhecem a origem dos alimentos que são ofertados na alimentação das crianças; geração de renda para as famílias que fornecem os produtos; os preços são os mesmos durante todo o ano de produção; visibilidade ao agricultor familiar e incentivo ao agricultor familiar para continuar a produzir,

CONSIDERANDO a edição, por esta Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, da Recomendação n. 165/2015, nos seguintes termos:

RECOMENDAMOS a esse Município a adoção das seguintes medidas: (i) cumprir o disposto no art. 14 da Lei nº 11.947/2009, destinando, no âmbito das escolas municipais, ***no mínimo 30%(trinta por cento) oo total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE à a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas;*** (ii) elaborar editais com todas as informações necessárias para que os fornecedores formulem corretamente os projetos de venda, como tipos de produtos, quantidades, cronograma de entregas (diárias, semanal, período de fornecimento etc.) e locais de entrega; e em linguagem acessível aos Agricultores Familiares;(iii) dar ampla divulgação aos editais através publicação em jornal de circulação local, na forma de mural em local público de ampla circulação ou ainda, caso haja, em seu endereço na internet, além de veiculação por meio de rádios comunitárias, carros de som, feiras, lista de endereços eletrônicos, mídias sociais e outros locais frequentados pelos agricultores, além dos meios obrigatórios por Lei; (iv) estabelecer prazos razoáveis para que os produtores possam elaborar e apresentar suas propostas; (v) elaborar cardápios regionalizados, considerando o perfil produtivo dos municípios, de acordo com as informações disponibilizadas pela EMATER; (vi) incluir prioritariamente os gêneros produzidos pela Agricultura Familiar no município ou, se não for possível, no Território no qual ele se insere, considerando, ainda, a sua sazonalidade; e (vii) encaminhar esta recomendação aos gestores escolares, entidades executoras do PNAE, informando a necessidade de seu cumprimento e realizando as diligências necessárias nesse sentido.

CONSIDERANDO que, em flagrante desacordo com a legislação em vigor e

com o texto da Recomendação, grande parte das Entidades Executoras (EEx) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Estado da Paraíba não têm cumprido o requisito de dispêndio mínimo de 30% dos recursos repassados pela União em compras de produtos da Agricultura Familiar para a merenda escolar.

CONSIDERANDO que os agricultores familiares têm relatado diversas dificuldades para atender à política pública, entre as quais destacam a sua burocratização, a falta de informações acerca do edital; a sazonalidade da produção o que reflete na escassez da oferta de produtos ao Programa e falta de inspeção para os produtos minimamente processados, o que dificulta também a comercialização.

CONSIDERANDO que foi apurado, no âmbito da investigação, que os editais das chamadas públicas têm sido feitos sem a transparência necessária, especialmente no que diz respeito à divulgação das chamadas públicas.

CONSIDERANDO que os problemas na divulgação das chamadas refletem diretamente no nível de cumprimento do percentual mínimo estipulado pela lei para a compra (aquisição) dos itens alimentícios para alimentação escolar da agricultura familiar, que é de 30% do volume de recurso destinado às escolas para alimentação.

CONSIDERANDO que na maioria dos casos os editais não são publicados pela gestão Municipal, ou, quando o são, essa publicação não é feita de forma adequada, contemplando os espaços e meios de comunicação que permitam o seu conhecimento pelos agricultores familiares e comunidades que são destinatários preferenciais da norma.

CONSIDERANDO que os editais também não têm observado a necessidade de especificar as informações necessárias para o seu atendimento, como os produtos demandados, prazos e condições de entrega;

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração de cardápios regionalizados, que contemplem tanto as necessidades e especificidades dos alunos atendidos com a merenda quanto as características e a sazonalidade da produção dos agricultores familiares da região;

CONSIDERANDO que com os editais devem também contemplar os períodos de safra e entressafra, a sazonalidade e as condições climáticas que permitam aos agricultores familiares atender aos requisitos propostos, com atenção prioritária para os produtos locais e regionais;

CONSIDERANDO, nesse sentido, a necessidade de se traçar estratégias para maximizar e tornar efetivo o determinado pela legislação federal e estadual, e assim assegurar a alimentação de qualidade nas escolas e a comercialização dos produtos da agricultura familiar local:

RECOMENDAMOS a EMATER-PB que: i) mantenha a perfeita funcionalidade do Sistema de Controle dos Aportes Municipais e Estadual do Pnae; ii) promova o acompanhamento técnico aos agricultores familiares fornecedores do Pnae; iii) que disponibilize em seu site um espaço para publicação dos editais municipais e estaduais de chamada pública do Pnae; iv) que realize anualmente a estimativa de produção por município; v) que utilize os dados enviados pela Receita Estadual referentes à emissão de notas fiscais para o Pnae; vi) que com base nas informações do Sistema de Controle dos Aportes Municipais e Estadual do Pnae, acompanhe mensalmente nos 223 municípios da Paraíba e nas escolas de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação, quais municípios e escolas estão cumprindo o que dispõem as recomendações 013/2018 e 014/2018, conforme anexo, e informe mensalmente ao Ministério Público Federal as escolas e/ou os municípios que descumprirem as citadas recomendações, especialmente no tocante ao que determina o art. 14 da Lei nº 11.947/2009, que destina, no âmbito das escolas estaduais e municipais, **no mínimo 30% (trinta por cento) do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.**

Requisita-se, nos termos legais, da autoridade destinatária, no **prazo de 20 (vinte) dias**, resposta sobre o acatamento ou não da presente Recomendação ou, caso não seja acatada, as razões da recusa.

A partir da data da entrega da presente Recomendação, o Ministério Público Federal considera seu destinatário como pessoalmente ciente da situação ora exposta, que poderá ensejar a propositura, pelo Ministério Público Federal, das medidas previstas na Lei nº 7.347/2005.

Ademais, consigne-se que a presente Recomendação não esgota a atuação do Ministério Público sobre o tema, não excluindo outras iniciativas que possam ser tomadas no sentido da obtenção do resultado esperado.

João Pessoa, 22 de maio de 2018.

MARCOS ALEXANDRE BEZERRA WANDERLEY DE QUEIROGA
Procurador da República

SÉRGIO RODRIGO PIMENTEL DE CASTRO PINTO
Procurador da República

VICTOR CARVALHO VEGGI
Procurador da República

RODOLFO ALVES SILVA
Procurador da República

JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA
Procurador da República

JOSÉ GUILHERME FERRAZ DA COSTA
Procurador da República

WERTON MAGALHÃES COSTA
Procurador da República

YORDAN MOREIRA DELGADO
Procurador da República

RODRIGO GOMES TEIXEIRA
Procurador da República

ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA
Procurador da República

ACÁCIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA
Procurador da República

BRUNO BARROS DE ASSUNÇÃO
Procurador da República

BRUNO GALVÃO PAIVA
Procurador da República

DJALMA GUSMÃO FEITOSA
Procurador da República

TIAGO MISAEL DE JESUS MARTINS
Procurador da República

FELIPE TORRES VASCONCELOS
Procurador da República

ELIABE SOARES DA SILVA
Procurador da República

JANAÍNA ANDRADE DE SOUSA
Procurador da República

JOÃO RAPHAEL LIMA
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PB-00020158/2018 RECOMENDAÇÃO nº 15-2018**

Signatário(a): **RODRIGO GOMES TEIXEIRA**

Data e Hora: **05/06/2018 16:07:33**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **WERTON MAGALHAES COSTA**

Data e Hora: **06/06/2018 17:35:33**

Assinado com certificado digital

Signatário(a): **JOAO RAPHAEL LIMA**

Data e Hora: **13/06/2018 14:53:27**

Assinado com certificado digital

Signatário(a): **JANAINA ANDRADE DE SOUSA**

Data e Hora: **08/06/2018 12:12:23**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JOSE GUILHERME FERRAZ DA COSTA**

Data e Hora: **07/06/2018 16:57:01**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **DJALMA GUSMAO FEITOSA**

Data e Hora: **30/05/2018 09:40:38**

Assinado com certificado digital

Signatário(a): **BRUNO BARROS DE ASSUNCAO**

Data e Hora: **30/05/2018 06:42:49**

Assinado com certificado digital

Signatário(a): **JOSE GODOY BEZERRA DE SOUZA**

Data e Hora: **30/05/2018 16:54:45**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **MARCOS ALEXANDRE BEZERRA WANDERLEY DE QUEIROGA**

Data e Hora: **29/05/2018 17:47:13**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **TIAGO MISAEL DE JESUS MARTINS**

Data e Hora: **29/05/2018 19:59:42**

Assinado com login e senha



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PB-00020158/2018 RECOMENDAÇÃO nº 15-2018**

.....
Signatário(a): **ACACIA SOARES PEIXOTO SUASSUNA**

Data e Hora: **30/05/2018 17:56:45**

Assinado com certificado digital

.....
Signatário(a): **FELIPE TORRES VASCONCELOS**

Data e Hora: **29/05/2018 18:03:27**

Assinado com certificado digital

.....
Signatário(a): **BRUNO GALVAO PAIVA**

Data e Hora: **30/05/2018 15:32:55**

Assinado com certificado digital

.....
Signatário(a): **SERGIO RODRIGO PIMENTEL DE CASTRO PINTO**

Data e Hora: **30/05/2018 13:15:32**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **YORDAN MOREIRA DELGADO**

Data e Hora: **30/05/2018 16:14:53**

Assinado com certificado digital

.....
Signatário(a): **RODOLFO ALVES SILVA**

Data e Hora: **30/05/2018 15:10:52**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ANTONIO EDILIO MAGALHAES TEIXEIRA**

Data e Hora: **30/05/2018 14:37:08**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ELIABE SOARES DA SILVA**

Data e Hora: **30/05/2018 18:51:26**

Assinado com certificado digital

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 8E59F4B1.221F6F19.14A617C0.6EBB3370